

SINDICOMIS E ACTC PARTICIPAM DE ATO PROMOVIDO PELA FIESP CONTRA A VOLTA DA CPMF

Haroldo Silveira Piccina, presidente do SINDICOMIS e da ACTC recebeu convite da FIESP para participar de evento contra a volta da CPMF.

As Entidades participantes, mais de 200, deixaram claro que não se trata de um manifesto contra o Governo, mas sim um movimento contra novos tributos e a favor de amplas reformas.



Presidente da Fiesp, Paulo Skaf (à dir.): "Fiquei muito feliz em saber que a presidente eleita Dilma Rousseff anunciou que a CPMF não será recriada no seu governo. Não estamos aqui para manifestar contra alguém, mas sim para deixar claro a posição da sociedade"

Três anos após a primeira cruzada contra a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), liderada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em parceria com mais de 200 entidades, a Fiesp mais uma vez chama a atenção da sociedade para dizer não à criação ou recriação de qualquer tipo de imposto.

O assunto voltou à tona durante a campanha Presidencial, quando alguns parlamentares e executivos da base aliada do governo alertaram para a necessidade de recriar a CPMF, a fim de inflar o orçamento da União para a saúde.

Na quinta-feira (2), a presidente da República eleita, Dilma Rousseff, sinalizou que a volta da CPMF não estará em sua gestão.

A declaração da petista foi aplaudida pela Fiesp, que deixou claro que esse manifesto contra o aumento da carga tributária não é um protesto contra o governo, mas sim uma forma de mostrar à União que não há necessidade de mais impostos.

“Fiquei muito feliz em saber que a presidente eleita Dilma Rousseff anunciou que a CPMF não será recriada no seu governo [...] Não estamos aqui para manifestar contra alguém, mas sim para deixar claro a posição da sociedade”, declarou Skaf, nesta sexta-feira (3), durante o manifesto contra o aumento da carga tributária, realizado na Fiesp. “Aqueles que estavam sonhando em aumentar o volume de impostos já estão acordando”, completou.

Skaf também voltou a defender a regulamentação da Emenda 29, que assegura os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, e disse que o governo federal terá, em 2011, uma arrecadação prevista em R\$ 1 trilhão.

O presidente da Fiesp defendeu que a sociedade exija qualidade no serviço público sem aumento da carga tributária. “Queremos qualidade no respeito às pessoas”, concluiu.

No final do encontro, ficou acertado que as entidades presentes vão se reunir para definir quais pontos deverão constar em documento que será entregue ao governo, com propostas para o desenvolvimento do País.